



Número: **0802232-80.2019.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Mamanguape**

Última distribuição : **13/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 16.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------------|-------------------|
| ROSIANE LISBOA DA SILVA (AUTOR) | | RAILSON SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 22686 865 | 13/07/2019 12:09 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 22686 866 | 13/07/2019 12:09 | Ação_cobrança_DPVAT | Outros Documentos |
| 22686 867 | 13/07/2019 12:09 | pocuração_declarção_hipossuficiência | Outros Documentos |
| 22686 868 | 13/07/2019 12:09 | comprov_residência | Outros Documentos |
| 22686 869 | 13/07/2019 12:09 | docs_pessoais | Outros Documentos |
| 22686 870 | 13/07/2019 12:09 | boletim_ocorrência | Outros Documentos |
| 22686 871 | 13/07/2019 12:09 | DAMS | Outros Documentos |
| 22686 872 | 13/07/2019 12:09 | prontuário | Outros Documentos |
| 22686 873 | 13/07/2019 12:09 | recibo_pronto_socorro | Outros Documentos |
| 22686 874 | 13/07/2019 12:09 | relatório_cirurgico | Outros Documentos |
| 22686 875 | 13/07/2019 12:09 | relatório_enfermagem | Outros Documentos |
| 22775 236 | 17/07/2019 15:06 | Despacho | Despacho |

em anexo.





Railson Santos
Advocacia

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA DA COMARCA DE MAMANGUAPE – PARAÍBA**

- JUSTIÇA GRATUITA
- INTERESSE NA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

A Sra. **ROSIANE LISBOA DA SILVA**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no R.G. sob o nº 1987611 (SSP-PB) e no C.P.F./M.F. sob o nº 046.242.124-44, residente e domiciliada na Rua do Tambor, s/n, Centro, na cidade de Itapororoca-PB, CEP nº 58.275-000, por intermédio de seu advogado signatário, constituído nos termos do instrumento procuratório em anexo, com endereço na Rua Eptácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, onde recebe intimações e comunicações de estilo, vem, respeitosamente, perante V. Exa., ajuizar a presente

ACÃO DE COBRANÇA

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, CNPJ **09.248.608/0001-04**, situada na **Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205**; pelas razões que passa a expor:

DOS REQUERIMENTOS INICIAIS

Justiça Gratuita

A PROMOVENTE é pobre na forma da lei e não dispõe de recursos para custear as despesas do processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Por isso, **a parte AUTORA faz jus a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da CF/88 e do art. 98 do NCPC.**

Rua Eptácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



DOS FATOS

No dia 14 de setembro de 2013, por volta das 17h20min, a PROMOVENTE caminhava na Rua Monsenhor José Coutinho, em cima na calçada, quando foi atropelada por uma motocicleta desgovernada, causando-lhe todo o infortúnio. (conforme prova boletim de ocorrência em anexo).

Em virtude do suscitado acidente, segundo consta o laudo médico emitido pelo **Dr. Temístocles de Almeida Ribeiro Filho, CRM/PB nº 7618**, dentre outros, a PROMOVENTE foi acometida das seguintes mazelas:

- ✓ **CID 10 M84.1**—Pseudoartrose da tíbia (ausência de consolidação da fratura);
- ✓ **CID 10 S82.4** – Fratura do perônio (fíbula);

Complementa o expert acima afirmando que a PROMOVENTE teve que passar por um procedimento cirúrgico. (laudo médico e prontuário em anexo).

Assim, a parte autora, como se nota, sofreu sérios danos devido ao sinistro, restando na considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as suas atividades normais. Encontra-se debilitada, sente dores, não se movimenta com facilidade, sente dificuldades para a realização de simples afazeres domésticos.

Diante da perda parcial da capacidade física, tendo em vista ainda o caráter permanente da mazela que adebilita, observa-se que a PROMOVENTE faz jus a receber a indenização do seguro DPVAT.

Nesse contexto, a PROMOVENTE, preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, encaminhou o seu pedido para a empresa ré. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previsto e que são costumeiramente solicitados, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), a PROMOVENTE teve seu pedido autuado com o número de sinistro nº **2014713907**.

Certa do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, não por sua confirmação, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada.

De acordo com o documento anexado aos autos, a empresa ré efetuou o pagamento de valor IRRISÓRIO, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pela PROMOVENTE e com a invalidez permanente que esta adquiriu. Ou seja, após a análise do pedido feito administrativamente, a requerente recebeu o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).

Rua Epitácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida.

Conforme já foi explanado, **é evidente que o dano sofrido pela PROMOVENTE lhe gerou perda funcional do membro afetado, de forma permanente, devido a gravidade da lesão, porém, a parte ré realiza avaliação imparcial e unilateral, sem proporcionar ao segurado aquilo que realmente lhe é devido.**

Importante frisar que na tabela do seguro DPVAT, a porcentagem correspondente à perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros, corresponde até 100% (cem por cento) do capital segurado, o que totaliza a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Contudo, a demandada apenas concedeu o percentual IRRISÓRIO de 35% do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), totalizando um valor ínfimo de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).

Excelência, a incapacidade da PROMOVENTE foi completa e permanente, correspondendo a 100% (cem por cento) do capital e não ao percentual de 35%, sendo este valor extremamente irrisório.

Vale ressaltar que, segundo a própria seguradora, a incapacidade sofrida pela PROMOVENTE foi completa e no percentual de **70% (setenta por cento)**, no entanto, a mesma não cumpriu com o valor equivalente a incapacidade, o que totalizaria em uma quantia de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)** devidos a PROMOVENTE. (conforme documentação em anexo).

Além disso, **importante destacar que a PROMOVENTE, devido ao acidente, teve que arcar com todo o tratamento cirúrgico, incluindo medicamento e acompanhamento médico. Assim, tais valores, devem ser restituídos, nos termos do art. 3, III da lei 6.194.**

Para um melhor entendimento, tem-se nos autos recibos, nota de serviço – honorários médicos, materiais e medicamentos que comprovam as despesas suportadas pela PROMOVENTE, totalizando o montante de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**.

Portanto, sendo o valor totalmente incoerente com a situação da PROMOVENTE, uma vez que este faz jus ao montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), bem como aos valores suportados devido às despesas médicas, pois é direito seu, haja vista o sinistro sofrido e aos danos permanentes que lhe atormentam. Assim, não havendo alternativa, vem a PROMOVENTE perante o Poder Judiciário, clamar por justiça.



DO DIREITO

A fim de dar aplicabilidade ao princípio da dignidade da pessoa humana, através da edição da Lei nº 6.194/74, o Legislador Infraconstitucional criou o seguro DVPAT, uma importante ferramenta de seguro universal, destinado a amparar aqueles que, em virtude de acidente de trânsito, perdem parentes ou acabam perdendo, de forma definitiva, parte da capacidade laborativa.

Por ser um seguro universal, patrocinado pela compra de automóveis, o DPVAT cobre todo e qualquer indivíduo que se envolver em acidente de trânsito, tenha, ou não, contribuído para o seguro.

Além de garantir um pagamento em dinheiro nos casos de morte ou invalidez permanente, o DPVAT reembolsa a vítima pelas despesas médicas e suplementares decorrentes do acidente de trânsito, a exemplo de despesas médicas e com a compra de medicamentos

Dessa forma, tem-se que o art.3º da lei nº6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Quando o acidente veicular torna o indivíduo inválido permanentemente, total ou parcial, o pagamento da indenização tem como teto o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), segundo previsão materializada no art. 3º, o inciso II, da Lei nº 6.194/74.

No que tange a incapacidade da **PROMOVENTE**, tem-se que os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo *jus* a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de

Rua Eptácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO: O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que: “O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...Mediante a entrega dos seguintes documentos: “registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), *portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.*

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo NCPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

DAS DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES

Conforme narrado alhures, **tem-se que a PROMOVENTE, devido ao acidente, teve que arcar com todo o tratamento cirúrgico, incluindo medicamento e acompanhamento médico. Assim, tais valores, devem ser restituídos, nos termos do art. 3, III da lei 6.194.**

Assim, encontram-se nos autos recibos, nota de serviço – honorários médicos, materiais e medicamentos que comprovam as despesas suportadas pela PROMOVENTE, totalizando o montante de **R\$ 3.000,00 (três mil reais).**

Rua Epitácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



Dessa forma, **nos termos do art. 3, III da lei 6.194, tais valores, devem ser restituídos a PROMOVENTE, perfazendo o montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a ser devidamente corrigido e atualizado monetariamente em um momento oportuno.**

DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o NCPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

Rua Epitácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, in casu levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao ônus probandi, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva

Rua Eptácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso deveriam ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014)

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova. Determina o art. 358, *in verbis*:

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

Dos Honorários Advocatícios

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, *tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência*.

Rua Epitácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência”

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim *verbis*:

Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)
(...)

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º - “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.)

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. Em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

Rua Epitácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com





Railson Santos
Advocacia

PEDIDOS FINAIS

Ante o exposto, a PROMOVENTE requer:

JUSTIÇA GRATUITA

- 1.1. A CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA, segundo permissivo do *caput*, do art. 98 e art. 99, § 3º, do NCPC, c/c art. 5º, LXXIV, da CRFB/88, tendo em vista que a mesma não pode arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família;

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

- 1.2. A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA PROMOVENTE, nos termos do que dispõe o art. 6º, inciso VIII, do CDC;

CITAÇÃO

- 1.3. A citação da PROMOVIDA pelos Correios, nos termos do art. 246, inciso I, do NCPC, a fim de que, querendo, apresente defesa, sob pena de decretação de revelia e confissão quanto à matéria fática;

DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA

- 1.4. Com o objetivo de atender ao que dispõe o art. 276 do CPC, a PROMOVENTE, desde já, propugna pela realização de perícia judicial, a fim de aferir a incapacidade da PROMOVENTE.

MÉRITO

- 1.5. A total procedência da pretensão autoral, a fim de que:
- 1.5.1. A total procedência da pretensão autoral, a fim de que a PROMOVIDA seja condenada a pagar, em favor da PROMOVENTE, o valor da indenização do seguro DPVAT, no percentual de cem por cento (100%) do valor integral da indenização, o que equivale à quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este a ser oportunamente atualizado pelo INPC, desde a data do acidente, e acrescido por juros de mora de 1% a.m.;
- 1.5.2. Caso Vossa Excelência entenda que não é o caso de concessão de cem por cento (100%) do valor devido, que seja a ré condenada a pagar o percentual equivalente a 70% (setenta por cento) conforme a mesma atestou, totalizando o montante de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

Rua Epitácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



devidos a PROMOVENTE, valor este a ser oportunamente atualizado pelo INPC, desde a data do acidente, e acrescido por juros de mora de 1% a.m..

1.5.3. REQUER-SE a restituição dos valores gastos pela PROMOVENTE durante o tratamento médico-hospitalar, nos termos do art. 3, III, da lei 6.194, no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

1.6. A condenação da RÉ ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, esses calculados em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do que preceitua o art. 85, §§ 1.º e 2.º, do CPC;.

INTERESSE NA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Considerando a natureza da ação, fazendo uso da faculdade do art. 319, VII, e do art. 334, § 5º, ambos do CPC, a PROMOVENTE informa que tem interesse na designação de audiência de conciliação, devendo o processo ser julgado de forma antecipada.

DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos, em especial por testemunhas e documentos, inclusive com os que surjam posteriormente ao ajuizamento.

VALOR DA CAUSA

Dá à causa o valor de R\$ 16.500,00(dezesseis mil e quinhentos reais), observando a exigência positivada nos arts. 291 e 292 do NCPC:

Nesses termos,
Pede e espera DEFERIMENTO.

Guarabira-PB, 13 de julho de 2019.

Railson Santos da Silva
OAB/PB nº 22.640

Anthony Luiz Mendes Martins
Estagiário

Rua Epitácio Pessoa, 19, sala 1, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira, CEP nº 58.200-00, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

OUTORGANTE: A Sra. **ROSIANE LISBOA DA SILVA**, brasileira, solteira, agricultora, portadora do RG sob nº 1987611 (SSP-PB), inscrita no CPF sob nº 046.242.124-44, residente e domiciliada na Rua Do Tambor, S/N, Centro na cidade de Itapororoca-PB, CEP nº 58.275-000.

OUTORGADOS: O Sr. **RAILSON SANTOS DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF sob nº 094.162.764-05, inscrito na OAB/PB sob nº 22.640, o Sr. **EDWARD DE CARVALHO ANDRADE**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do CPF sob nº 097.037.364-32, inscrito na OAB/PB sob nº 22.299 e o Sr. **TÁSSIO PEREIRA LEITE**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do CPF sob nº 059.643.154-61, inscrito na OAB/PB sob nº 24.365, todos com endereço profissional na Rua Epitácio Pessoa, sala 1, centro, Ed. Ana Teotônio na cidade de Guarabira, CEP 58.200-000.

PODERES: Pelo presente instrumento de mandato, a outorgante nomeia e constitui o outorgado, como seu advogado e procurador, a quem confere amplos e ilimitados poderes para o fôro em geral, com cláusula *ad-judicia*, afim de que, agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos da outorgante, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que a outorgante seja autor ou reclamante, e defendendo quando for réu, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário, ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, bem como, substabelecer a presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier, e praticando todos os atos necessários para o bom cumprimento do presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Guarabira-PB, 26 de junho de 2019.

Rosiane Lisboa da Silva

OUTORGANTE



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **ROSIANE LISBOA DA SILVA**, brasileira, solteira, agricultora, portadora do RG sob nº 1987611 (SSP-PB), inscrita no CPF sob nº 046.242.124-44, residente e domiciliada na Rua Do Tambor, S/N, Centro na cidade de Itapororoca-PB, CEP nº 58.275-000, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, dos benefícios da Gratuidade Judiciária, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

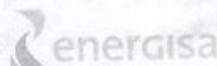
Guarabira-PB, 26 de junho de 2019.

Rosiane Lisboa da Silva
ROSIANE LISBOA DA SILVA



ROSANE LISEIA DA SILVA
RUA DO TAMBOR, S/N - CENTRO
ITAPOROROCÁ/PB CEP: 56275000 (AG: 14)

Ligação: MONOFÁSICO
Cis/Soc: RES MTC BT / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA
Roteiro: 2-17-420-880 Referência: Mar/2019
Medidor: 00000720504 Emissão: 06/03/2019



ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 200, Km 25 - Cristo Redentor - 550 Pessôa/PB - CEP 55071-680
CNPJ: 08.065.152/0001-40 Insc Est: 19.015.803-0

Núcleo Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 021 287 444
Cód. para Deb. Automática: 00008199919

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

| Conta referente a | Apresentação | Data prevista da próxima leitura | CPF/ CNPJ/ RANI |
|-------------------|--------------|----------------------------------|----------------------------|
| Mar / 2019 | 06/03/2019 | 04/04/2019 | 046.242.124-44 Insc Est |

UC (Unidade Consumidora): 5/819591-9

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pelo Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.
Com a fatura por e-mail, você ajuda a preservar o meio ambiente, tem o controle de seu consumo a qualquer momento e sempre um comprovante de residência na mão. Entre em contato por um dos nossos canais e solicite a sua.

| Anterior | | Atual | | Constante | Consumo | Dias |
|------------------------|--------------------------|------------|----------|------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Data | Leitura | Data | Leitura | | | |
| 04/02/19 | 7958 | 06/03/19 | 7906 | | 46 | 30 |
| Demonstrativo | | | | | | |
| CCI | Descrição | Quantidade | Tarifa | Valor Base Calc. Atual | Valor Base Calc. Anterior | Valor Base Calc. Anterior |
| 0801 | Consumo até 20kWh-BR | 30,000 | 0,204940 | 6,14 | 0,00 | 0,00 |
| 0801 | Consumo - 31 a 100kWh-BR | 19,000 | 0,351350 | 6,67 | 0,00 | 0,00 |
| 0810 | Subsídio | | | 15,84 | 0,00 | 0,00 |
| LANÇAMENTOS E SERVIÇOS | | | | | | |
| 0804 | JUROS DE MORA 02/2019 | | | 0,05 | 0,00 | 0,00 |
| 0805 | MULTA 02/2019 | | | 0,25 | 0,00 | 0,00 |
| 0806 | Devolução Subsídio | | | -14,71 | 0,00 | 0,00 |

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 13,67 0,00 0,00 29,10 0,30 1,38

Tarifa e Tributos Até 20kWh 0,192500 Até 100kWh 0,330280

Média últimos meses (kWh)

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

46

13/03/2019

R\$ 13,67

Histórico de Consumo (kWh)

| | | | | | | | | | | | |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 81 | 82 | 51 | 52 | 52 | 29 | 29 | 45 | 45 | 45 | 61 | 49 |
| Mar/19 | Abr/19 | Mar/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Sep/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19 | Jan/19 | Fev/19 |

RESERVADO AO FISCO

42f8.3ea8.7b4a.243b.7b44.642a.9aa2.c1ce.

Indicadores de Qualidade

| Limites da ANEEL | | Apurado | Limite de Tensão (V) | |
|------------------|-------|---------|----------------------|-----|
| DIC MENSAL | 6,15 | 0,00 | NOMINAL | 220 |
| DIC TRIMESTRAL | 12,30 | | | |
| DIC ANUAL | 24,60 | | | |
| FIC MENSAL | 3,95 | 0,00 | CONTRATADA | 222 |
| FIC TRIMESTRAL | 7,10 | | INFERIOR | 222 |

Composição da Consumo

| Discriminação | Valor (R\$) | % |
|---------------------------------|-------------|-------|
| Serviço de Dist. da Energisa PB | 4,15 | 30,28 |
| Compra de Energia | 5,54 | 40,23 |
| Serviço de Transmissão | 0,05 | 0,35 |
| Encargos Setoriais | 0,98 | 7,17 |
| Imposto Ombro e Encargos | 1,96 | 14,34 |
| Outros Serviços | 0,00 | 0,00 |



Assinado eletronicamente por: RAILSON SANTOS DA SILVA - 13/07/2019 12:09:15

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071312091477500000022012036>

Número do documento: 19071312091477500000022012036

Num. 22686868 - Pág. 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

1987611 DATA DE EXPEDIÇÃO 29 NOV 1993

NOME ROSIANE LISBOA DA SILVA

Assinatura: José João da Silva

Maria das Dores de Conceição

Itapororoca-PB. 08.10.1973

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. 2.867-Fls. 295-Liv. A-3

Origem Cart. de Itapororoca-PB.

10 VACINADO BRASIL LIVRE

LEI N. 7.116 DE 24.06.66

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-10

Assinatura: Rosiane Lisboa da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Recife Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
046.242.124-44

Nome
ROSIANE LISBOA DA SILVA

Nascimento
08/10/1973

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
A84F.AC8F.143A.C52A

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 08:08:58 do dia 16/06/2015 (hora e data de Brasil)
dígito verificador: 00

COMPREV

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

16 ABR. 2019

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
3ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ITAPOROROCA

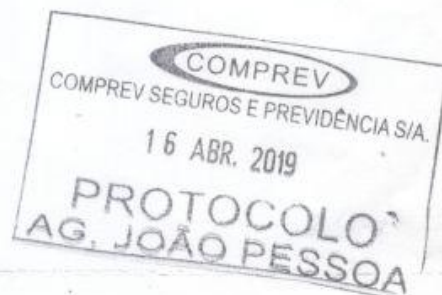
Natureza ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 253/2013

Aos DEZESSEIS dias do mês de SETEMBRO do ano do ano de dois mil e treze(2013) certifico em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, nesta Delegacia de Polícia Civil, do município de Itapororoca/PB, do Estado da Paraíba, em Cartório desta, onde presente o Bel. DIEGO GARCIA, Delegado de Polícia Civil neste município de Itapororoca, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra, aí por volta das: 15:40h, Compareceu, ROBENIXON LISBOA DA SILVA, brasileiro, União Estável, Guarda civil municipal, filho de Rosiane Lisboa da Silva e pai não declarado, RG 36041223 SSP/PB CPF 088724984-14 nascido em 24/08/1989 Rua do Tambor nº01 Bairro Tambor Itapororoca-PB; FEZ O SEGUINTE REGISTRO: QUE NO DIA 14.09.2013 POR VOLTA DAS 17:20h A Sr ROSEANE LISBOA DA SILVA RG 1987611 SSP/PB CPF 046224124-44 RESIDENTE NO ENDEREÇO JÁ CITADO CAMINHAVA NA RUA MONSENHOR JOSE COUTINHO, EM CIMA DA CAUSADA QUANDO FOI ATROPELADA POR UMA MOTO QUE TINHA SE ENVOLVIDO EM UM ACIDENTE DE TRANSITO ONDE O VEICULO MOTO FOI ARREMESSADO CONTRA A Sr. JÁ CITADA, E QUE APÓS O ACONTECIDO OS CONDUTORES DOS VEÍCULOS ENVOLVIDO NÃO PRESTARAM SOCORRO, E QUE A MESMA FOI SOCORRIDA POR POPULARES PARA O HOSPITAL GERAL DE ITAPOROROCA E EM SEGUIDA ENCAMINHADA PARA O HOSPITAL DE FRATURA DE GUARABIRA, E QUE NA DATA DE HOJE FOI ENCAMINHADA PARA O TRAUMINHA EM JOÃO PESSOA. Ciente do Art. 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal Brasileiro, e depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão que vai devidamente assinada pelo noticiante e por mim Escrivão Ad-Hoc que o digitei.

Itapororoca 16 de Setembro de 2013.

Noticiante Robenixon Lisboa da Silva


Antonio Sinfrônio da Silva Neto
Escrivão Ad-Hoc





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 17 de Abril de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190279822

Vítima: ROSIANE LISBOA DA SILVA

Data do Acidente: 14/09/2013

Cobertura: DAMS

Procurador: LUCIANO SANTOS OLIVEIRA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ROSIANE LISBOA DA SILVA

Informamos que o seu pedido de reembolso de DAMS foi cadastrado.

Para cobertura de Despesas Médicas e Suplementares (DAMS) o valor do reembolso é de até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais). Todas as despesas precisam ser comprovadas através de notas fiscais e recibos originais.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01015/01016 - carta_01 - DAMS

00020508



Carta nº 14203800



Assinado eletronicamente por: RAILSON SANTOS DA SILVA - 13/07/2019 12:09:19

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071312091810300000022012039>

Número do documento: 19071312091810300000022012039

Num. 22686871 - Pág. 1

PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

PROSFRAG

PROSFRAG

GUARABIRA - PARAÍBA

FONE: (83) 3271-1156

- [1] RECEPÇÃO
- [2] CID E SSM
- [3] G/ CORRENTE
- [4] ALTA

PRONTUÁRIO Nº 086/2018

Nome:

RODRIGUE ROBERTO DA SILVA

Sexo:

masculino

Naturalidade:

sergiponense

Data de Nascimento:

08/10/83

Endereço:

R. DO SAUÍPE, 200, S/N, SERGIPO, S/N, 71.600-000, PRO.

Fone:

Documento:

RG. 1.987.611

Responsável:

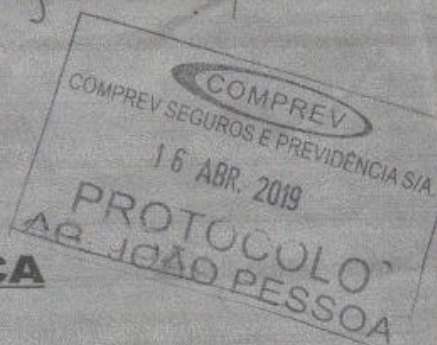
JOSE JORIS DA SILVA (pai)

Endereço:

R. DO SAUÍPE, 200, S/N, SERGIPO, S/N, 71.600-000, PRO.

Fone:

CPF. 046.242.124-14



CLÍNICA MÉDICA

Enf. ou Apto:

Capitães

Leito

Categoria

PCHE

☒ ☐ A.I.H.N°

Data da Entrada

04/05/2018

Hora da Entrada

10:35h

Andréis

Recepcionista

Dr. Tenístocles de Almeida Ribeiro Filho

Médico Plantonista

CRM 7618

ALTA: Motivo - 1 Curado - 2 Melhorado - 3 Inalterado - 4 A pedido - 5 Interna do para Diagnóstica - 6 Administrativa - 7 Por Disciplina - 8 Evasão - 9 Para complementação do tratamento em regime ambulatorial.

ta

05/05/2018

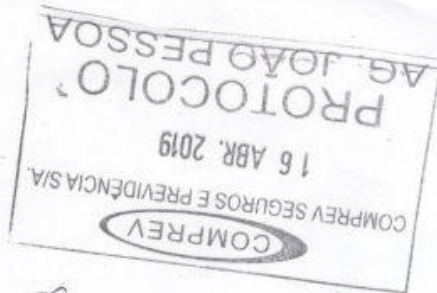
Dr. Tenístocles de Almeida Ribeiro Filho
Ortopedia e Traumatologia
CRM: 7618 CPF: 031.136.054-82

MÉDICO - CRM



Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira

Nome: Robson Assis de Souza Matrícula: 311 986
 Idade: 40 08.10.73 Categoria: SM
 Sexo: F Profissão: aquecedor
 Est. Civil: S Naturalidade: Guarabira
 Residência: Guarabira PA Data: 14.09/13
 H.D.A. 65537831530091
Residente com histórico de acidente com machuc. Doras e edema
na perna i
 Diag. Clínico: Fratura
 Diag. Radiológico: Fratura de tíbia e fíbula distal
 Tratamento: Chirurgia
 Remissores de: A. R. Filho
ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA
CRM: 19017/PA



PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA
AV: RUI BARBOSA – 240 – CENTRO- GUARABIRA-PB
FONE: (83) 3271 – 1156

RECIBO.....R\$ 3.000,00

Recebi da Sra. ROSIANE LISBOA DA SILVA, a importância líquida de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais), ref. a tratamento médico cirurgico realizado na pessoa da mesma.

Para maior clareza, firmo o presente recibo, dando plena e total quitação.

Guarabira, 04 de Maio 2018.

09.239.906/0001-38
Pronto Socorro de Fraturas
de Guarabira Ltda. Prostag
Av. Rui Barbosa, 240
Centro - Cep. 58.200-000
Guarabira - Paraíba

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
16 ABR. 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda
Avenida Rui Barbosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.
Fone: (083) 3271 1156 Fax: (083) 3271 4032

Nome do Paciente: Rosiane Lisboa da Silva
Convênio: Particular
Diagnóstico: Pseudoartrose da Tíbia
Procedimento: Internamento Cirúrgico
Data do Internamento: 04/05/2018
Data da Alta: 05/05/2018
Prontuário ou ficha Ambulatorial: 086/2018



Honorários Médicos

| | | | | | |
|----------------|----|-----|----------|-----|----------|
| Cirurgião | 01 | R\$ | 1.056,72 | R\$ | 1.056,72 |
| Auxiliar | 01 | R\$ | 193,04 | R\$ | 193,04 |
| Anestesista | 01 | R\$ | 387,00 | R\$ | 387,00 |
| Sub-Total..... | | R\$ | | R\$ | 1.636,76 |

| | | | | | |
|-----------------------|----|-----|--------|-----|--------|
| Diária de Apartamento | 01 | R\$ | 150,00 | R\$ | 150,00 |
|-----------------------|----|-----|--------|-----|--------|

Exame Radiológico

| | | | | | |
|--------------------------|----|-----|--------|-----|--------|
| Raio x da Perna | 02 | R\$ | 40,00 | R\$ | 80,00 |
| Tala Gessada M. Inferior | 01 | R\$ | 45,00 | R\$ | 45,00 |
| Fixador Externo | 01 | R\$ | 850,00 | R\$ | 850,00 |

09.239.906/0001-38
Hospital Pronto Socorro de Fraturas
de Guarabira Ltda. Prosfrag
Av. Rui Barbosa, 240
Centro - Cep. 58.200-000
Guarabira - Paraíba



| Medicamento de Sala e Enfermaria | | | |
|----------------------------------|------------|------------------|------------------|
| Nomenclatura | Quantidade | valor Unitário | Valor Total |
| Pov. Digermante | 120ml | R\$ 0,10 | R\$ 12,00 |
| Pov. Tópico | 180ml | R\$ 0,08 | R\$ 14,00 |
| Diclofenaco amp | 04 amp | R\$ 2,81 | R\$ 11,24 |
| Cefalotina amp | 04 amp | R\$ 5,55 | R\$ 22,20 |
| Soro Fisiológico | 02 unid | R\$ 2,96 | R\$ 5,92 |
| Soro Glicosado | 01 unid | R\$ 3,33 | R\$ 3,33 |
| Neocaína 5% | 01 amp | R\$ 14,00 | R\$ 14,00 |
| Efortil amp | 01 amp | R\$ 5,98 | R\$ 5,98 |
| | | SUB-TOTAL | R\$ 88,67 |

Material de Sala e Enfermaria

| | | | |
|--------------------|----------|------------------|------------------|
| Equipo | 01 | R\$ 0,63 | R\$ 0,63 |
| Scalp | 02 | R\$ 0,49 | R\$ 0,98 |
| Mononaylon | 02 unid | R\$ 6,70 | R\$ 13,40 |
| Luvax | 04 pares | R\$ 1,00 | R\$ 4,00 |
| Lâmina de bisturi | 01 unid | R\$ 0,41 | R\$ 0,41 |
| Seringa desc. 05cc | 04 unid | R\$ 0,65 | R\$ 2,60 |
| Seringa desc. 10cc | 05 unid | R\$ 0,85 | R\$ 4,25 |
| Máscara desc. | 04 unid | R\$ 0,40 | R\$ 1,60 |
| Gorro desc. | 04 unid | R\$ 0,35 | R\$ 1,40 |
| | | SUB-TOTAL | R\$ 29,27 |

| | | | |
|--------------------------|----|-----------|---------------------|
| Curativos | 02 | R\$ 11,06 | R\$ 22,12 |
| Taxa de Sala de Cirurgia | | R\$ 98,18 | R\$ 98,18 |
| TOTAL GERAL | | | R\$ 3.000,00 |
| (Três Mil Reais). | | | |

Guarabira, 04 de Maio de 2018.



09.239.906/0001-38
 Pronto Socorro de Fraturas
 de Guarabira Ltda Protag
 Av. Rui Barbosa, 240
 Centro - Cep: 58.200-000
 Guarabira Paraíba



PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA
Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

RELATÓRIO DE CIRURGIA

| | | | | |
|-----------------------------------|--|-------------------------|--|----------------|
| Nome do Paciente | | Rosiene Lisboa da Silva | | Nº Prontuário |
| Data da Operação | | 24/05/18 | | Enf. |
| Cirurgião | | 1º Auxiliar | | Leito |
| Auxiliar | | 3º Auxiliar | | Instrumentador |
| Anestesia | | Tipo de Anestesia | | |
| Diagnóstico Pré-Operatório | | | | |
| Fratura aberta de tibia | | | | |
| Tipo de Operação | | | | |
| Tubo unguê | | | | |
| Diagnóstico Pós-Operatório | | | | |
| Curativo | | | | |
| Relatório Imediato do Patologista | | | | |
| Exame Radiológico no Ato | | | | |
| Exame Radiológico no Ato | | | | |
| Acidente Durante a Operação | | | | |

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos - Visceras

PA. em DDM sob anestesia
Anestesia + anti-séptico
Abertura de campo extenso
Redução e limpeza do local fraturado
Fixação com placa e parafusos de Ilizarov
Redução da artéria e do sistema de drenagem
Sutura por planos
Curativo
RX controle



RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

Temístiles de A. R. Filho
ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA
CRM: 7611 / RQE: 15747 / RDE: 5245



PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

CONTROLE DE MATERIAL E MEDICAMENTOS CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

Nome do Paciente: ROSELIANE LIMA DA SILVA Categ: OB
 Condição do Parto: 1º parto Início: 12h00 Term.: 12h30
 Médico: Dr. R. Silva Auxiliar: Dr. A. Silva
 Anestesista: Dr. M. Silva Tipo de Anestesia: RA
 Tipo de Cirurgia: CS
 Data: 04/05/18 Observação:

| Quantidade | Material | Quantidade | Medicamentos |
|------------|---------------------|------------|------------------|
| | Catgut Simples nº | 8 | Soro Glicosado |
| | Catgut Simples S/ag | 5 | Soro Fisiológico |
| | Catgut Simples C/ag | 2 | Ringer Lactado |
| | Catgut Cromado nº | | Andrenoplasma |
| 02 | Catgut Cromado nº 2 | | Manitol |
| | Catgut Cromado nº | | Alloferine |
| 02 | Mononylon nº 2 | | Etrane |
| | Mononylon nº | | Pentrane |
| | Mononylon nº | | Fluotane |
| | Fios de algodão | | thionembutal |
| 05 | Scalpe | 2 | Marcaina |
| 06 | Equipo p/ Soro | | quelicin |
| 06 | Equipo p/ Transusão | | Inoval |
| 00 | Luvas p/ Pares | | Ketalar |
| | Compressas | | fentanil |
| | Drenos | | Methergin amp. |
| 01 | Gases | | Xilocaina 5% |
| 02 | Lâminas de Bisturi | | Xilocaina 2% |
| 03 | Esparadrapo | | Atropina amp. |
| | Povidine Tópico | | Syntocinon amp. |
| | Povid. Degermante | | Prostigmine amp |
| | Lacto-gim | | Optacilim amp. |
| 03 | | 2 | |
| 03 | | 2 | |
| 03 | | | |

COMPREV
 COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
 16 ABR. 2019
 PROTOCOLO
 AG. JOÃO PESSOA

Responsável





PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

FOLHA DE ANESTESIA

| | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|-----------|--|
| NOME | | DATA | |
| ESTADO CIVIL | | PROFISSÃO | |
| CAS. <input type="checkbox"/> VIU. <input type="checkbox"/> DESQ. <input type="checkbox"/> SEXO MASC. <input type="checkbox"/> FEM. <input type="checkbox"/> COR BR. <input type="checkbox"/> PD. <input type="checkbox"/> PR. <input type="checkbox"/> | | IDADE | |
| ENDEREÇO | | BAIRRO | |
| AV. (Rua) | | CATEGORIA | |
| HOSPITAL | | MATRÍCULA | |
| G.I.H. | | C.P. | |
| INSC. | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | |
| OPERAÇÃO REALIZADA | | | |
| CIRURGIÃO | | | |
| AUXILIAR | | | |
| HORA | | | |
| PRESSÃO ARTERIAL | | | |
| PESO | | | |
| PULSO | | | |
| TEMPERATURA | | | |
| RESPIRAÇÃO | | | |
| ESTADO GERAL | | | |
| B. <input type="checkbox"/> R. <input type="checkbox"/> M. <input type="checkbox"/> P. <input type="checkbox"/> | | | |
| RISCO CIRÚRGICO | | | |
| B. <input type="checkbox"/> R. <input type="checkbox"/> M. <input type="checkbox"/> P. <input type="checkbox"/> | | | |
| GRUPO SANGÜÍNEO | | | |
| EXAMES COMPLEMENTARES | | | |
| CÓDIGO | | | |
| Anestesia X 220 | | | |
| Operação @ 200 | | | |
| Intub. T 180 | | | |
| Endotr. 160 | | | |
| Pres. V 140 | | | |
| Sistól. A 120 | | | |
| Distol. 100 | | | |
| Pulso 80 | | | |
| Resp. RA 60 | | | |
| Assist. 40 | | | |
| Resp. RE 40 | | | |
| Expon. 20 | | | |
| Resp. contr. | | | |
| PREANESTÉSICO | | | |
| ANESTESIA | | | |
| GERAL <input type="checkbox"/> RAQUIDIANA <input checked="" type="checkbox"/> EPIDURAL <input type="checkbox"/> BLOQ. DE PLEXO <input type="checkbox"/> BLOQ. DE NERVOS <input type="checkbox"/> OUTRAS <input type="checkbox"/> | | | |
| TÉCNICA | | | |
| INÍCIO | | | |
| TERMINO | | | |
| DURAÇÃO | | | |
| MATERIAL GASTO COM O ATO ENESTÉSICO | | | |
| 1 | | | |
| 2 | | | |
| 3 | | | |
| 4 | | | |
| 5 | | | |
| 6 | | | |
| OBSERVAÇÕES | | | |
| US | | | |
| US+20% R\$ | | | |

ASSINATURA



Estado da Paraíba
Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira

Relatório de Enfermagem

Nome do Paciente: Rosiane Lisboa da Silva
Enfermaria: _____ Leito: _____
Data: 14/05/18

Tipo de Dieta: Zero Aceitando? () Sim () Não () Pouco
Paciente em Venóclise? (X) Sim () Não () Punção Periférica () Subclávia () Dissecção Venosa
Estado Geral do Paciente: (X) Estável () Regular () Comprometido () Grave () Outros
Sinais Vitais: PA: 130x80 Tem: 37.0 Pulso: _____ Respiração: _____

Pacientes faz uso de: (X) S.F.V. () Sim () Não Irrigação () Sim () Não
() Supra Pública - Diurese _____ ml
() Sonda Nasogástrica - () Aberta () Fechada Debito da S.N.G _____ ml.
Realizando curativo? (X) Sim () Não () Limpo () Com secreção
OBS: _____
Paciente aceitou medicação (X) Sim () Não () Faltou medicação
Justificativa: _____

INTERCORRÊNCIAS:

Paciente admitida em Clínica Cirúrgica para
realizar a um procedimento cirúrgico segue
preferida e aos cuidados.

Carimbo e assinatura do Técnico/ Auxiliar: _____ Turno: 24 horas

Estado da Paraíba
Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira

Relatório de Enfermagem

Nome do Paciente: Rosiane Lisboa da Silva
Enfermaria: _____ Leito: _____
Data: 14/05/18

Tipo de Dieta: _____ Aceitando? (X) Sim () Não () Pouco
Paciente em Venóclise? (X) Sim () Não Punção Periférica () Subclávia () Dissecção Venosa
Estado Geral do Paciente: (X) Estável () Regular () Comprometido () Grave () Outros
Sinais Vitais: PA: 120x80 Tem: _____ Pulso: _____ Respiração: _____

Paciente faz uso de: (X) S.F.V. () Sim () Não Irrigação () Sim () Não
() Supra Pública - Diurese _____ ml
() Sonda Nasogástrica - () Aberto () Fechada Debito da S.N.G _____ ml.

Realizando curativo? (X) Sim () Não () Limpo () Com secreção
OBS: _____

Paciente aceitou medicação (X) Sim () Não () Faltou medicação
Justificativa: _____

INTERCORRÊNCIAS:

Paciente em Pós Operatório refere-se dor
na incisão cirúrgica medicada conforme pres
crição médica segue aos cuidados.

Carimbo e assinatura do Técnico/ Auxiliar: _____ Turno: 24 horas



ESTADO DA PARAÍBA
PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

NOME: ROSELIANE DE SOUZA ALMEIDA
SETOR: A LEITO: 2

[illegible]

Num. 22686875 - Pág. 3

PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

ENFERMEIRO (A):

SAE

Nome: Rafaela Silva
 Leito Nº: 0
 Número do Cartão do SUS: Idade: 44 Sexo: () M () F
 Peso: Altura: MMC:

SSVV

Pulso: 68 bpm PA: 100 x 60 mmHg FR: IRPM
 Temperatura: °C
 Antecedentes: () Has () DM () Infarto () Tabagismo () Alcoolismo Outros
 Doença Atual

ALIMENTAÇÃO/DIETA

Aceitou (☒) Não aceitou () Aceitou parcialmente () Amamenta ()
 SNG: SNE:

ELIMINAÇÕES

Vesicais: () Presentes () Ausentes () com traços de sangue
 SVD:
 SVA:

REPOUSO

() Isônia () dificuldade de conciliar/ manter sono (☒) Sono preservado

Obs:

COMPREV
 COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA
 16 ABR. 2019
 PROTOCOLO
 AG. JOÃO PESSOA

ACESSO

() Scalp data: 02/02/18

CONDIÇÃO DE PULSAÇÃO

AVALIAÇÃO DA DOR EM ESCALA:

0-1-2-3-4-5-6-7-8-9-10

Local da dor:



CONDUTA TERAPÊUTICA

[Handwritten signature]

PROCEDIMENTOS:

(☒) Medicação (☒) Curativo () Sondagem () Nebulização () Outros

PRESCRIÇÕES DE ENFERMAGEM

1. *[Handwritten prescription]*
2. *[Handwritten prescription]*
3. *[Handwritten prescription]*

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM DIÁRIA

[Handwritten daily nursing evolution notes]

Responsável

Data: *04/03/19*

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

15 ABR. 2019

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

MAMANGUAPE

Rua Marquês de Herval, S/N, Centro, MAMANGUAPE - PB - CEP: 58287-000

2ª Vara Mista de Mamanguape

0802232-80.2019.8.15.0231

AUTOR: ROSIANE LISBOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

1. Defiro a gratuidade judiciária, nos termos do art. 98, do CPC.
2. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, **deixo de designar audiência de conciliação** (CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM), após oportuna a análise da conveniência e, especialmente, considerando que é facultada a conciliação às partes em qualquer momento do processo e não há nulidade sem prejuízo.

Avolumam-se em todas as unidades judiciárias pedidos de cobrança de indenização pelos danos pessoais sofridos em decorrência de acidente com veículo automotor de via terrestre mediante seguro DPVAT e, não obstante, as seguradoras apenas realizam acordos com os segurados após perícia médica. Não por outro motivo, inúmeros mutirões de seguro DPVAT já foram criados pelo TJPB na tentativa de agilizar a resolução das demandas.

3. **Cite-se a parte Ré para contestar** o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

4. Transcorrido o prazo concedido para a defesa e sendo esta apresentada com (I) preliminares¹, (II) defesa indireta de mérito² ou (III) juntada de documentos³, fale a parte autora, no prazo de 15 dias, permitindo-lhe a produção de prova (itens I, II e III), ou a impugnação correspondente (item III).

5. Sendo necessária a realização de perícia médica e não tendo sido apresentados os quesitos, intimem-se as partes para, no prazo comum de cinco dias, apresentar a quesitação e, querendo, indicar assistente técnico.

6. Após, faça-se conclusão para apreciação de eventuais preliminares e nomeação do perito, se for o caso.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado/carta.

17 de julho de 2019

JUIZ(A) DE DIREITO

Endereço para intimação/citação/notificação dos(a/s) promovido(a/s)/impetrado(a/s):



Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

1 CPC - Art. 351. Se o réu alegar qualquer das matérias enumeradas no [art. 337](#), o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe a produção de prova. **Art. 337.** Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: I - inexistência ou nulidade da citação; II - incompetência absoluta e relativa; III - incorreção do valor da causa; IV - inépcia da petição inicial; V – perempção; VI – litispendência; VII - coisa julgada; VIII – conexão; IX - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; X - convenção de arbitragem; XI - ausência de legitimidade ou de interesse processual; XII - falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar; XIII - indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.

2 CPC - Art. 350. Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.

3 CPC - Art. 437. O réu manifestar-se-á na contestação sobre os documentos anexados à inicial, e o autor manifestar-se-á na réplica sobre os documentos anexados à contestação. § 1º Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 15 (quinze) dias para adotar qualquer das posturas indicadas no [art. 436](#). **Art. 436.** A parte, intimada a falar sobre documento constante dos autos, poderá: I - impugnar a admissibilidade da prova documental; II - impugnar sua autenticidade; III - suscitar sua falsidade, com ou sem deflagração do incidente de arguição de falsidade; IV - manifestar-se sobre seu conteúdo.

